



info FSE



PODE LER

Opinião

Duas investigadoras de Sociologia do ISCTE identificam os principais problemas com que os jovens portugueses se debatem na transição para a vida activa.

> pág. 5

Desafios para 2007-2013

Saiba quais os objectivos prioritários do próximo período de programação do FSE.

> pág. 6 e 7

Inovação à Açoriana

Visitámos três Escolas profissionalizantes nos Açores, apoiadas pelo PRODESA e pelo PRIME. A Escola Profissional da Praia da Vitória e a Escola das Novas Tecnologias têm qualificado os jovens açorianos na área das TIC, enquanto o Hotel Escola São Pedro contribui para a excelência da hotelaria e restauração açorianas com técnicos focalizados na inovação.

> pág. 8 a 10

Horizonte 2013

OS GESTORES DE PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS FAZEM UM BALANÇO POSITIVO DO QCA III. A NECESSIDADE DE MELHORAR A EFICÁCIA DAS ACÇÕES DO FSE PARA ALCANÇAR UMA EUROPA COMPETITIVA E COESA É OPINIÃO UNÂNIME

Em Janeiro de 2007 tem início um novo período de sete anos na programação dos apoios comunitários da União Europeia.

Em tempo de balanço do QCA III (2000/2006), colocámos aos gestores dos programas operacionais três questões acerca dos aspectos positivos e aqueles que carecem de ajustamento, tendo em conta as novas orientações do FSE que convergem para um aumento da eficácia das respostas às prioridades estratégicas de cada Estado-membro:

1. Que balanço faz dos resultados até agora obtidos? Refira dois factores de sucesso e dois que justificam nova abordagem.
2. Quais as acções mais relevantes deste período (2000/2006)?
3. As redes e parcerias contribuem para uma maior eficácia e boa governança. Houve avanços a este nível?

Nesta **infoFSE** vamos conhecer a opinião de cinco gestores de programas regionais: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Açores.



Carlos Lage,
GESTOR
DO PO NORTE



“A APOSTA NA CERTIFICAÇÃO ESCOLAR É UM DOS FACTORES CRÍTICOS MAIS RELEVANTES,”

1. Globalmente, os principais contributos das medidas FSE do ON – Operação Norte situam-se ao nível da qualificação inicial de jovens, bem como da formação de desempregados. Por exemplo, até à data foram abrangidos cerca de 36 mil jovens, sendo que cerca de 7 mil concluíram já um curso profissional de nível III e quase 100 mil desempregados NDLD participaram em medidas activas de emprego. É também de relevar o que se fez no âmbito da formação dos activos da administração local, onde se conseguiu atingir um número de pessoas muito superior ao que havia sido feito em QCA anteriores, mas também um aumento muito significativo da carga horária das acções de formação realizadas, que em média triplicou. Se é verdade que muito há a fazer, não o é menos que estão a ser cumpridas as metas quantitativas a que nos propusemos.

Dentre os factores críticos mais relevantes, seleccionaríamos a aposta na certificação escolar, bem como a capacidade das instituições que operam neste domínio. São condições do que de mais estruturante se tem feito mas simultaneamente aquelas em que carecemos de uma aposta renovada. De facto, muito há ainda a realizar em matéria de certificação escolar e profissional, importando diminuir a formação “avulsa” e reforçar a aposta na formação inicial de jovens e na formação de adultos menos escolarizados. Por outro lado, a diversificação e qualificação dos operadores de formação não podem ser descuradas. Só assim será possível formar mais pessoas, com maior qualidade, e em maior articulação com as necessidades dos cidadãos e do desenvolvimento dos territórios.

2. Refira-se, por exemplo, as iniciativas levadas a cabo no âmbito do Foral para superar o paradigma tradicional, estimulando uma formação metodologicamente mais inovadora, com maior ligação aos projectos de modernização institucional e às competências das autarquias, apostando na preparação de técnicos para funções de planeamento e gestão da formação. A experiência de algumas medidas do Programa permitiu ainda promover uma crescente e útil participação das Universidades e de outros estabelecimentos de ensino superior nestes projectos de qualificação dos agentes autárquicos.

Outra linha de acção de relevo prende-se com o esforço de articulação FEDER-FSE e a procura de territorialização das intervenções, especialmente patente na medida de formação ligada às Acções Integradas de Base Territorial. Saliente-se ainda algumas experiências de maior proactividade, orientação da procura e apoio a promotores, sobretudo em medidas mais inovadoras e em espaços territoriais onde é mais débil a capacidade das entidades.

3. Destacariamos dois contributos.

Por um lado, o esforço de sensibilização e envolvimento de actores locais determinantes, procurando assegurar uma cada vez maior articulação entre a formação e as suas necessidades e as dos territórios. Refira-se, de modo especial, as autarquias, seja pela sua participação nas opções e decisões tomadas no contexto do Programa Operacional, seja como promotores de formação para os seus colaboradores, no âmbito do Foral. Cuidar da cooperação das instituições que concretizam a estratégia de desenvolvimento das comunidades continuará a ser um desiderato a cumprir.

Por outro lado, a importância que procurámos atribuir às parcerias. Talvez se pudessem avaliar algumas experiências, nomeadamente os procedimentos que vigoram em Programas como o EQUAL, o INTER-REG e algumas medidas imateriais (FEDER) dos PO Regionais, por exemplo no ON, de modo a retirar daí ensinamentos para a futura regulamentação do FSE.



Maria Leal Monteiro,
GESTORA
DO PO ALENTEJO



“O QREN PASSARÁ INEQUIVOCAMENTE PELAS PARCERIAS, COM VISTA À APLICAÇÃO MAIS EFICAZ DOS RECURSOS PÚBLICOS,”

1. O balanço do contributo da componente Fundo Social Europeu (FSE) no “por Alentejo” é globalmente positivo no conjunto das diversas medidas do Programa. Alguns dos factores de sucesso que poderão conhecer uma abordagem renovada prendem-se, nomeadamente, com a necessidade de uma maior articulação entre as intervenções nacionais e a intervenção regional, por um maior acompanhamento físico dos projectos, por uma análise mais aprofundada da empregabilidade gerada pelas intervenções apoiadas pelo Programa.

2. A amplitude das acções apoiadas pelo Programa tornam difícil sintetizar, em poucas linhas, quais poderiam ser as mais relevantes (além de se tratar de um exercício que encerra alguma subjectividade). Em todo o caso, podemos salientar algumas das tipologias de projectos que produziram mais efeitos positivos: ao nível da qualificação de jovens e activos, foram importantes as acções de formação profissional para desempregados, as acções de formação profissional e os cursos de ensino profissional; para a população adulta,

merecem destaque os CRVC (Centros de Reconhecimento e Validação de Competências) e os cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) constituíram um importante suporte no combate ao desemprego.

3. A boa governança é, sem dúvida, uma das questões fulcrais para o sucesso das políticas públicas. A criação de redes, mecanismos de cooperação institucional, entre outras formas de articulação, foi já experimentada no presente QCA III. Seguramente, no ciclo de programação que se inicia (2007/2013), teremos de melhorar no domínio do modelo de gestão dos Programas Operacionais, por forma a conseguirmos uma maior convergência na aplicação dos instrumentos de política. O futuro QREN passará inequivocamente pelas parcerias (mundo académico, mundo empresarial, instituições públicas ...), pela cooperação e pelo trabalho em rede, com vista a uma mais eficaz aplicação dos recursos públicos nacionais e comunitários.



António Fonseca Ferreira,
GESTOR DO PO LVT



“DESCONCENTRAÇÃO DA GESTÃO FOI UM FACTOR DE SUCESSO”

1. De um modo geral, um dos factores de sucesso foi a desconcentração que se fez da gestão do Fundo Social Europeu (FSE) para os Programas Regionais. No caso do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (P O R L V T), há várias medidas do Eixo 3 que têm por objectivo promover a equidade territorial e favorecer o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região. Do mesmo modo, considero que um factor que carece de uma nova abordagem é a aplicação do FSE, que continua a ser feita predominantemente numa lógica de oferta. É necessário que o sistema de formação seja organizado a partir das necessidades de qualificação das pessoas e das competências profissionais requeridas pelas empresas, bem como das necessidades estratégicas do mercado.

2. Um dos principais contributos para a região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), no âmbito do FSE, foi a promoção do desenvolvimento social e profissional integrado de comunidades e grupos sujeitos a fenómenos agravados de exclusão. Segundo os dados de que dispomos, a medida do P O R L V T para a promoção do desenvolvimento social apresenta, no final do primeiro semestre de 2006, uma taxa de execução superior a 90%. Outra acção que merece destaque é o FORAL, o Programa de Formação para Autarquias Locais que, no caso da RLVT, também é

financiado no âmbito do P O R L V T e que já deu origem à realização de 4 mil acções que abrangeram quase 50 mil formandos.

3. Se a qualificação escolar e profissional sempre foi importante para o progresso das sociedades, hoje em dia, na sociedade do conhecimento, dominada pela informação e pelas tecnologias, a capacitação das pessoas com saberes e aptidões profissionais é decisiva para a sua própria emancipação e empregabilidade e para a competitividade das economias. Foi, efectivamente, possível progredir muito ao nível da consciência das pessoas e das instituições para essa necessidade de articulação em rede, o que é mais um passo dado no sentido de alcançar esse objectivo.



Rui Bettencourt,
GESTOR DA COMPONENTE FSE
DO PRODESA



“DURANTE A VIGÊNCIA DO QCA III, O NÚMERO DE EMPREGADOS AUMENTOU 12% E O DE DESEMPREGADOS DIMINUIU MAIS DE 50%”

1. O impacto do investimento do FSE no Programa de Desenvolvimento Económico e Social dos Açores – PRODESA – é bastante positivo, já que a estratégia central escolhida neste programa, sendo a da qualificação pertinente dos recursos humanos açorianos, em articulação com outros programas enquadradores das políticas públicas desta Região Autónoma (Plano Regional de Emprego e Plano da RAA), levou a um aumento muito significativo da empregabilidade da população activa. Durante o período de actuação do QCA III, entre o 4.º trimestre de 1999 e o 2.º trimestre de 2006, o número de empregados nos Açores, segundo o INE, aumentou 12% (passando de 96 400 para 107 761), o número de desempregados diminuiu mais de 50% (de 6 900 para 3 258), mantendo a RAA desde 2000, praticamente em permanência, a mais baixa taxa de desemprego do país e das mais baixas da Europa.

Um estudo efectuado pelo DPP do MAOTDR sobre o impacto das políticas públicas com financiamento comunitário indicou um impacto sobre o emprego de 4,4, sendo a média nacional de 1,3. Os dois factores de sucesso parecem ser a qualificação pertinente como factor-chave e a escolha das acções apoiadas sempre em articulação com as necessidades do tecido empresarial. Os dois factores que carecem de melhoria: o sistema de informação e o sistema de indicadores em tempo real.

2. Pela sua dimensão, o ensino profissional. Pelo seu significado, a colocação de desempregadas num sistema de substituição de trabalhadoras grávidas.

3. Nos Açores foi adoptado um modelo de completa articulação e sinergia interna e externa ao Governo Regional e à gestão do PRODESA.

Articulação e sinergia interna, já que a gestão do PRODESA-FSE encontra-se inserida num departamento (Direcção Regional / Direcção-Geral) onde se encontram os Serviços Públicos de Emprego, o Observatório do Emprego e Formação Profissional, os Serviços de Formação Profissional e os Serviços de Promoção do Emprego. Esta estrutura de gestão ainda se encontra num departamento (Secretaria Regional da Educação e Ciência), que tutela também a educação, permitindo, assim, uma maior articulação das respostas formativas.

Em termos externos, um princípio de governança tem sido, com base na parceria entre Governo Regional e parceiros sociais, sindicatos, estruturas empresarias, IPSS e Câmaras Municipais, o seguinte: é competência do Governo Regional assegurar financiamento, garantir a qualidade e esclarecer e aconselhar a pertinência das acções; é competência dos parceiros a execução das acções com qualidade e dentro da normalidade.



Alfredo Rodrigues Marques,
GESTOR DO PO CENTRO



“ A FILOSOFIA DA METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO DO FSE RELACIONADA COM AS ACÇÕES INTEGRADAS DE BASE TERRITORIAL, BEM COMO O FINANCIAMENTO DE ACÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO, SÃO FACTORES DE SUCESSO ”

1. A qualificação dos factores de competitividade da economia regional foi a linha prioritária de intervenção do PO Centro. Os recursos humanos como factor mais importante de crescimento e desenvolvimento económico-social numa região com forte especialização em sectores intensivos em trabalho de baixas qualificações tornaram a intervenção FSE determinante no combate ao acréscimo do desemprego e à melhoria da empregabilidade. O ensino profissional e as medidas activas de qualificação e inserção de desempregados tiveram relevância significativa na consecução dos resultados físicos e financeiros que no momento ascendem a 1 125 projectos aprovados com uma comparticipação FSE de 202 838 151 euros, ou seja, 89% do disponível para o PO Centro.

Como factores de sucesso, poderão ser enumerados a filosofia da metodologia de intervenção do FSE relacionada com as Acções Integradas de Base Territorial, bem como o financiamento de acções de dupla certificação. Enquanto nas AIBT, os objectivos da formação reforçam as competências das pessoas e estão enquadrados e articulados com outras intervenções, visando o desenvolvimento sustentável do território, as acções de dupla certificação permitem aos jovens e aos desempregados a obtenção de competências escolares e profissionais que garantem uma maior adequação à modernização dos processos de fabrico e à polivalência do exercício profissional.

A filosofia que esteve presente nas medidas desconcentradas FSE carece de uma nova abordagem, pois não houve contributo regional para a sua concepção. Estas medidas mantiveram-se de cariz nacional sem quaisquer adaptações à realidade económica e social da região.

2. O lançamento da formação-acção no âmbito da administração local permitiu simultaneamente a melhoria das qualificações dos funcionários associada a processos de modernização e de desenvolvimento organizacional com impactos imediatos na melhoria da qualidade dos serviços.

Igualmente se salienta o impacto de acções formativas na valorização das potencialidades dos recursos locais, revitalizando territórios de baixa densidade e consolidando saberes e actividades associadas a novos nichos de mercado alternativos ao “ turismo de massas ”.

3. A não disponibilização atempada de um sistema integrado de informação revelou-se um factor perturbador da gestão, com consequências na eficiência e eficácia, designadamente na impossibilidade de gestão de candidaturas *on-line*.

Igualmente a diversidade de programas operacionais (POEFDS, PO Centro, PRIME, PRODEP...), no mesmo espaço territorial, teve um duplo efeito negativo, levando à constituição de várias equipas técnicas e à diminuição da eficácia dos projectos, visando sinergias de impacto e adequação à estratégia de desenvolvimento regional.

No próximo número da **infoFSE** iremos divulgar as respostas de outros gestores de programas operacionais com componente FSE.

Os jovens e o mercado de trabalho

MARIA DAS DORES GUERREIRO
CIES-ISCTE



ELSA PEGADO
CIES-ISCTE



A partir de um estudo sobre a situação dos jovens portugueses face ao mercado de trabalho¹, constatou-se que tem crescido significativamente a proporção de jovens a cargo da família, o que aponta, em parte, para o aumento do tempo de escolaridade, com o conseqüente retardar da entrada no mercado de trabalho, mas demonstra também que a situação de dependência face à família de origem se mantém para além das idades típicas de finalização da escolaridade de nível superior, afectando um número cada vez maior de jovens que não conseguem ainda aceder, pelos seus próprios meios, a recursos básicos de subsistência. Na verdade, os jovens têm sido mais penalizados do que a população adulta por situações de desemprego, apresentando taxas de desemprego superiores à média nacional, e com um crescimento mais acentuado no período de recessão. Além disso, tem vindo a crescer o peso dos jovens que procuram novo emprego face aos que o procuram pela primeira vez. No interior da população jovem são mais vulneráveis a situações de desemprego as mulheres, o grupo etário dos 15 aos 19 anos e os que possuem as habilitações mais baixas. Os processos de transição dos jovens portugueses para a vida activa são, pois, condicionados por um conjunto de problemas e obstáculos que o estudo permitiu identificar, agrupados em três domínios críticos estratégicos: o das qualificações escolares e profissionais, o da relação entre a escola e o mercado de trabalho e o da estrutura do emprego juvenil, designadamente a partir de indicadores relacionados com a qualidade das inserções profissionais.

As qualificações escolares e profissionais parecem ser factores cruciais na integração profissional dos jovens e na qualidade dessa integração. Pese embora o aumento que a escolaridade tem registado nos últimos anos, os níveis de ensino alcançados por estas novas gerações permanecem muito aquém dos seus congéneres europeus, persistindo elevadas taxas de abandono escolar e de saídas precoces do sistema de ensino. Por outro lado, as qualificações profissionais e os sistemas de dupla certificação apresentam um crescimento pouco significativo, continuando associados a uma imagem de desprestígio por comparação com cursos destinados somente ao prosseguimento dos estudos, que os serviços de orientação vocacional não demonstram estar a contribuir para contrariar. Tendo havido progressos quanto à articulação entre sectores da educação e da formação profissional e emprego, com implementação de ofertas formativas inovadoras e diversificadas, elas aparecem ainda algo sobrepostas e concorrenciais entre si, carecendo de adequação face a uma escolaridade obrigatória que aponta para o 12.º ano, estando também pouco articuladas com o ensino superior e as possibilidades de, por esta via dupla, os jovens incrementarem as suas qualificações. Uma outra conclusão a que o estudo chega prende-se com o desajustamento entre a oferta e a procura no mercado de trabalho. Se por um lado se pode reconhecer o facto de o sistema de ensino ter permanecido muito “centrado em si mesmo”, também não há dúvidas de que o tecido empresarial português ainda assenta em formas algo arcaicas

de organização do trabalho, incapaz de absorver uma força de trabalho mais qualificada. As políticas para a integração dos jovens no mercado de trabalho revelam lacunas na promoção da condição de estudante-trabalhador ou de trabalhador-estudante; o trabalho a tempo parcial é diminuto, bem como as ofertas formativas de especialização profissional e superiores pós-laborais. Por fim, a questão da qualidade das inserções profissionais, não sendo específica dos trabalhadores jovens, coloca-se para estes com particular acuidade, já que têm sido mais afectados pelos processos e tendências mais recentes de flexibilização e desregulação, com a inerente instabilidade e precariedade que são seu apátrio, como atesta o elevado peso do contrato a prazo entre a população jovem em Portugal face aos outros Estados-membros (à excepção de Espanha), o seu peso muito superior relativamente à população adulta e, ainda, o crescimento progressivo que tem vindo a registar. O processo de integração dos jovens no mercado de trabalho tende, assim, a alongar-se no tempo, passando muitas vezes por trajectos de alternância entre ocupações, períodos de desemprego e de formação. Um dos principais problemas identificados remete justamente para a incapacidade de transitar de uma situação de vínculos informais ou precários para uma situação de pleno emprego, com vínculos formais e de longa duração ou, pelo menos, propiciadores de protecção em situações de desemprego. Não se trata, pois, apenas de um problema de transição de uma situação de inactividade – muitas vezes correspondente à frequência escolar – para a vida activa, mas, cada vez mais, de permanência, com a devida qualidade, no mercado de trabalho.

¹ O estudo “Os Jovens e o Mercado de Trabalho: caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas”, desenvolvido no quadro da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, foi elaborado por uma equipa de investigadores do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), com a coordenação das autoras do presente artigo, que integrou também Sandra Mateus, Inês Pereira, Pedro Abrantes e Maria Abranches. O respectivo relatório final foi publicado com o mesmo nome pela DGEEP, na Coleção Cogitum, n.º 18, em 2006. Este estudo foi apoiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica do QCA III – Eixo FSE e co-financiado pelo Fundo Social Europeu.

FSE 2007-2013

Aumentar a eficácia das intervenções

FOCALIZAR – ESTA É A REGRA DE OURO DO REGULAMENTO PARA O PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO DO FSE, POR FORMA A OBTER BONS RESULTADOS NO ÂMBITO DOS OBJECTIVOS DEFINIDOS PELA ESTRATÉGIA EUROPEIA DE EMPREGO



OS PRÓXIMOS DESAFIOS

Quando se prepara o próximo período de programação financeira, o FSE enfrenta três importantes desafios:

- as consideráveis disparidades de emprego, as desigualdades sociais, os défices de competências e as carências de mão-de-obra numa União alargada;
- a aceleração do ritmo da reestruturação económica e social devido à mundialização e ao desenvolvimento da economia baseada no conhecimento;
- as alterações demográficas, que resultaram numa diminuição e envelhecimento da mão-de-obra.

Janeiro de 2007 marca uma nova fase de programação para os apoios financeiros da União Europeia. No que respeita ao Fundo Social Europeu (FSE), o novo Regulamento para 2007-2013 (Regulamento (CE) n.º 1081/2006

capacidade em geri-la. Assim, as intervenções têm por alvo algumas áreas prioritárias:

1. aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários;

Resolver prioridades

A nova moldura para a implantação de projectos financiados pelo FSE envolve maior selectividade e capacidade de identificar e actuar sobre o prioritário. No âmbito das áreas tidas como absolutamente essenciais para alcançar os objectivos da Estratégia Europeia de Emprego, as medidas deverão:

1. Promover o acesso à aprendizagem ao longo da vida e o aumentar o investimento em recursos humanos por parte das empresas, especialmente PME; melhorar acesso à formação; desenvolvimento de qualificações e competências; disseminar as TIC, o *e-learning*, as tecnologias ecológicas e técnicas de gestão; promover a iniciativa empresarial, inovação e empreendedorismo; melhorar as condições de saúde e de segurança no trabalho.
2. Fomentar o envelhecimento activo e o prolongamento da vida activa; modernizar as instituições do mercado de trabalho, em particular os serviços de emprego; identificar atempadamente necessidades através de planos de acção individuais e de um apoio personalizado; implementar medidas de conciliação da vida profissional com a vida familiar; melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego e reduzir a segregação baseada no género no mercado laboral, abordando as causas das diferenças salariais entre

OS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

A reforma da política de coesão da UE determina o contributo do FSE essencialmente em dois objectivos prioritários:

• Objectivo “Convergência”

Semelhante ao actual objectivo n.º 1, as intervenções devem permitir acelerar a convergência económica das regiões menos desenvolvidas.

Relativamente a Portugal, enquadram-se neste objectivo as regiões Norte, Centro, Alentejo, Açores e, a título transitório e específico, a região do Algarve¹.

• Objectivo “Competitividade Regional e Emprego”

Tendo por base a Estratégia Europeia de Emprego, este objectivo visa a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, bem como o desenvolvimento de mercados de trabalho orientados para a inclusão social.

Em Portugal, as regiões elegíveis são Lisboa e Vale do Tejo e, a título transitório e específico, a Região Autónoma da Madeira².

de 5 de Julho 2006) prevê uma moldura focalizada para as intervenções do FSE em toda a União, com um conjunto de prioridades e a concentração de cada Estado-membro nas prioridades mais apropriadas aos respectivos desafios.

Alicerçada em dois grandes objectivos prioritários – objectivo “Convergência” e objectivo “Competitividade” –, a afectação dos apoios do FSE passa pela antecipação da mudança económica e social e pela inerente

2. reforçar o acesso ao emprego, evitando o desemprego, prolongando a vida activa e aumentando a participação no mercado laboral;
3. reforçar a inclusão social através da promoção da integração no mercado de trabalho de pessoas em desvantagem e do combate à discriminação;
4. reforçar o capital humano;
5. promover parcerias para reformas nos domínios do emprego e da inclusão.



homens e mulheres; aumentar a participação dos migrantes no emprego e reforçar a sua integração social; facilitar a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores e a integração de mercados laborais transfronteiriços.

3. Promover vias de integração e reentrada no emprego e formação profissional para as pessoas desfavorecidas; melhorar o acesso ao ensino e à formação profissional e acções de acompanhamento e de apoio que contribuam para melhorar as oportunidades de emprego; promover a aceitação da diversidade no local de trabalho e combater a discriminação.
4. Introduzir reformas nos sistemas de ensino e de formação: criar redes de instituições de ensino superior, centros tecnológicos e de investigação e empresas.
5. Desenvolver parcerias e pactos através da criação de redes entre entidades a nível transnacional, nacional, regional e local.

No âmbito do novo objectivo "Convergência", o FSE apoiará ainda as seguintes prioridades:

- Aumentar o investimento no capital humano, introduzindo reformas dos sistemas de ensino e formação, aumentando a participação no ensino e na formação ao longo da vida e desenvolvendo o potencial humano na investigação e inovação.
- Reforçar a capacidade institucional e da eficiência das administrações públicas e serviços públicos, a nível nacional, regional e local, com o apoio dos parceiros sociais e das ONG – os parceiros sociais serão incentivados a participar activamente em acções de reforço das instituições e a empreender actividades conjuntas nos sectores em que desempenham um papel decisivo.

Ao implementar estas prioridades, o FSE deverá também apoiar a promoção e integração dos ensinamentos da Iniciativa Comunitária EQUAL (2000-2006).

A NOVA MOLDURA PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROJECTOS FINANCIADOS PELO FUNDO SOCIAL EUROPEU ENVOLVE MAIOR SELECTIVIDADE E CAPACIDADE DE IDENTIFICAR E ACTUAR SOBRE O PRIORITÁRIO

O FSE dará apoio ao financiamento da cooperação transnacional, incluindo o intercâmbio de experiências e de melhores práticas na União, bem como a acções conjuntas, dando ainda especial relevância à promoção da boa governação e à participação dos parceiros sociais. É ainda dado maior ênfase ao empenho na eliminação das desigualdades de género.

Reforço dos laços entre o FSE, a Estratégia Europeia para o Emprego e os objectivos acordados da União em relação à inclusão social e à educação e formação e igualdade de género e de oportunidades.

Fonte

Regulamento (CE) n.º 1081/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativo ao Fundo Social Europeu e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1784/1999 – pode aceder ao regulamento (versão portuguesa) através da consulta na Internet em:

<http://www.igfse.pt/LP/qren.asp>

ORIENTAÇÕES DO QREN

Da deliberação do Conselho de Ministros, de 31 de Agosto, que aprova as orientações financeiras no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), destaca-se o reforço das destinadas à qualificação dos recursos humanos:

- O FSE representará 37% das dotações financeiras atribuídas ao conjunto dos Fundos Estruturais, aumentando em 10 pontos percentuais face à situação no Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006.
- Intervenções co-financiadas pelo FSE na educação, formação, emprego, coesão social e ciência beneficiarão de mais 1,3 mil milhões de euros do que no período de programação anterior, passando de 4,7 para 6 mil milhões de euros.

Prazos

- Prevê-se que a versão do QREN e programas operacionais a entregar à Comissão Europeia seja aprovada no final de Outubro, em Conselho de Ministros, por forma a iniciar negociações formais em Novembro de 2006.

¹ Ver Decisão da Comissão – 04-08-2006, JOUE L243, C(2006)3475.

² Ver Decisão da Comissão – 04-08-2006, JOUE L243, C(2006)3480.

Inovação à Açoriana

AS INTERVENÇÕES APOIADAS PELO FSE NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ENVOLVEM UM INVESTIMENTO SIGNIFICATIVO NA VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E, SOBRETUDO, NA AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS VOCACIONADAS PARA A INOVAÇÃO. PROCURÁMOS VERIFICAR OS RESULTADOS DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES PROMOVIDOS NA ILHA TERCEIRA PELA ESCOLA PROFISSIONAL DA PRAIA DA VITÓRIA E, EM PONTA DELGADA, PELA ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS E PELO HOTEL ESCOLA SÃO PEDRO, NO INGRESSO DOS JOVENS AÇORIANOS NA NOVA ERA TECNOLÓGICA

ENT(R)A NAS NOVAS TECNOLOGIAS

A contínua procura de quadros técnicos por parte das empresas levou a Escola de Novas Tecnologias dos Açores a investir, com êxito, na formação tecnológica como alternativa ao pós-secundário

Maria João Pimentel, Ex-formanda



prime
Programa de Incentivos à
Modernização da Economia

O ano de 2005 foi de consolidação e afirmação da Escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA), enquanto instituição empenhada na valorização sócio-profissional de novos recur-



JOÃO LIMA
DIRECTOR DA ENTA

sos humanos, devidamente preparados para modernizar o tecido empresarial regional. Com o apoio do Fundo Social Europeu (FSE), através do PRIME, a ENTA tem oferecido aos jovens açorianos uma formação tecnológica

como alternativa de formação pós-secundária não superior, dando resposta à contínua procura de quadros técnicos médios de nível IV por parte das indústrias e empresas regionais. "Sendo a ENTA uma instituição sem fins lucrativos, todo o nosso financiamento vem do FSE e do PRIME, sem eles a Escola não existiria", salienta João Lima, director da ENTA.

Assim, a escola já diplomou 31 técnicos no âmbito dos dois Cursos de Especialização Tecno-

“ SEM O APOIO DO FSE E DO PRIME,
A ESCOLA NÃO EXISTIRIA ”
João Lima

lógica (CET) de nível IV disponibilizados, 18 na área da qualidade alimentar e 13 na área das redes e telecomunicações.

A procura dos cursos traduz o êxito da formação. "O mínimo para que haja uma turma são 15 alunos e nesta altura temos 87 candidatos para 20 vagas em Redes, o mesmo acontecendo na área da produção industrial", exemplifica. O curso de Gestão de Redes arrancou em Janeiro de 2004, visando responder "às necessidades do mercado de trabalho, nomeada-

mente na resposta qualificada às exigências da implementação e disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação", salienta João Lima. E o *feedback* é exemplar, já que a empregabilidade "ronda os 97 por cento".

A qualidade e exigência da formação dos CET obriga a que, previamente, os alunos frequentem, durante um ano, cursos de nivelamento que, segundo João Lima "lhes permitirá obter um nível de qualificação III, obrigatório para o aceder aos CET de nível de IV", que se prolonga por 18 meses.

Testemunhando a empregabilidade e credibilidade dos CET da ENTA, Maria João Pimentel, de 24 anos, concluiu a formação em Gestão de Redes, Informática e Telecomunicações em Abril e foi contratada pela empresa onde estagiou. "Entrei com expectativas bastante elevadas" e, na verdade, "foram completamente superadas não só durante o curso como durante todo o estágio e agora no mercado de trabalho".

Para além de já estar a trabalhar, Maria João Pimentel candidatou-se à Universidade dos Açores ao curso de Informática, Redes e Multimédia. "Este curso vai dar continuidade ao CET, vou até beneficiar de várias equivalências", enaltece Maria João.



ESCOLA PROFISSIONAL DA PRAIA APOSTA NAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A introdução do curso técnico de Multimédia na oferta formativa é um êxito que se traduz no reconhecimento dos empresários, na integração profissional dos formandos e na visibilidade do ensino profissional dos Açores



Domingos Borges, director da Escola Profissional da Praia da Vitória, enfatiza a forma como “os alunos do curso de Multimédia souberam conquistar o seu espaço nas empresas locais”, que em 1999, quando arrancou a formação, evidenciavam alguma resistência às novas tecnologias.

tividade traduzida num anúncio publicitário, depois de ter ganho um concurso que lhe valeu ainda uma viagem de seis dias a Hollywood, onde tomou o pulso ao coração da indústria cinematográfica.

uma página web na área do turismo. Ganhou, tal como em Aveiro, tendo a honra de representar o País na Finlândia. Agora, frequenta o 3.º ano da licenciatura de Comunicação Social e Cultura e ambiciona criar um jornal *on-line*. O curso de Multimédia “foi uma rampa de lançamento” e um forte impulso para os projectos que sonha realizar”.



DOMINGOS BORGES
DIRECTOR DA ESC. PROF. DA PRAIA

“ OS EMPRESÁRIOS RECONHECEM A CAPACIDADE PROFISSIONAL DOS NOSSOS FORMANDOS ”

Domingos Borges

Domingos Borges, orgulhoso destes exemplos, considera “que são uma forma de a escola ganhar visibilidade e de os empresários reconhecerem as capacidades dos alunos que frequentam estes cursos”. Em pouco mais de uma década, a Escola da Praia da Vitória tem dado asas ao ensino profissional nos Açores – cerca de 300 alunos e 21 cursos, todos financiados pelo FSE. Os resultados obtidos fazem da Escola Profissional da Praia da Vitória um exemplo de boas práticas.

Dulce Teixeira venceu Concurso Nacional
Dulce Teixeira recorda os três anos de formação, pautada pelo “saber, mas também o saber-fazer”.

Finalizado o curso, começou a trabalhar numa empresa de multimédia, construindo páginas web e actualizando *sites* de dois jornais *on-line*. Foi quando surgiu a oportunidade de participar no concurso, em que criou



DÉCIO SOARES FERNANDES
ALUNO

Décio Fernandes em Hollywood

Conversámos com Décio Fernandes acabado de regressar de Hollywood. Uma viagem especial, conquistada com mérito. A frequentar o 2.º ano do curso de Multimédia da Escola Profissional da Praia, concorreu, o júri gostou, o *spot* foi produzido e Décio rumou a Los Angeles, até ao mundo das estrelas. De volta à realidade, reforça o entusiasmo relativamente às oportunidades que podem surgir com a sua formação.

Já na terceira edição, esta “formação de banda larga” abarca módulos de informática, gestão de redes, áudio, vídeo, fotografia e construção de páginas web. A maioria dos formandos está integrada no mercado de trabalho – jornais, rádio, televisão, em empresas multimédia e até em projectos culturais no âmbito das actividades de auditórios municipais.

As competências adquiridas têm sido reconhecidas. Disso são exemplo os prémios conquistados por dois alunos da escola. Dulce Teixeira representou Portugal num concurso internacional em Helsínquia, depois de ter triunfado na prova regional, em Ponta Delgada, e nacional, em Aveiro. Décio Fernandes vê a sua cria-



HOTEL ESCOLA SÃO PEDRO ENRIQUECE COZINHA AÇORIANA

Investir na qualificação de profissionais de cozinha é um contributo essencial para a excelência do turismo, um sector cada vez mais estratégico no desenvolvimento dos Açores. As taxas de empregabilidade de 100% traduzem o êxito da formação, numa região com um défice de recursos humanos qualificados face a uma procura crescente



A Escola de Formação Turística e Hoteleira – Hotel Escola São Pedro é um dos exemplos da preocupação em contribuir para a excelência do serviço e a satisfação dos turistas que visitam os Açores e as suas unidades de hotelaria e restauração. No último triénio, a propos-



FILIPE ROCHA
DIRECTOR DO HOTEL ESCOLA SÃO PEDRO

“A INOVAÇÃO, A PROCURA DE NOVAS CONFECÇÕES E DE ACRESCENTAR VALOR À GASTRONOMIA AÇORIANA SÃO MUITO IMPORTANTES NESTA FORMAÇÃO”

Filipe Rocha

ta de um curso de Técnico de Cozinha, co-financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE) tem procurado colmatar a “grande necessidade de recursos humanos que se verifica no mercado regional”, salienta Filipe Rocha, director da escola.

No cumprimento desta missão, o apoio do FSE tem sido “imprescindível”, “em quase todos os cursos desta escola”, reforça o responsável. O curso de Técnico de Cozinha confere a equivalência escolar do 12.º ano e dos quinze alunos que iniciaram, oito terminaram, estando todos a trabalhar, o que traduz uma taxa de empregabilidade de 100%. “Só não está empregado quem não quer, teve outras oportunidades ou seguiu outra via profissional”, assegura Filipe Rocha. O acompanhamento pós-formação é vital, na medida em que “verificamos que todos eles



VERA DIAS
EX-FORMANDA

têm oportunidades no mercado de trabalho nestas áreas”, até porque “a procura é tanta que a taxa de empregabilidade de 100% é sempre um objectivo para qualquer curso nesta área”, realça o responsável.

Este êxito é facilitado pela associação da escola ao Hotel São Pedro, o que “permite aos formandos estarem em contacto com o contexto real de trabalho nesta unidade e devidamente acompanhados pelos formadores ou pelos funcionários do hotel”. Uma enorme vantagem, potenciando “um acompanhamento mais uniforme de todos os formandos e a correcção nas aulas dos erros que se detectam durante o estágio”. No final do curso, os formandos são colocados em empresas do sector, cientes de que “a inovação, a procura de novas confecções e acrescentar valor à gastronomia açoriana são muito importantes”, assegura Filipe Rocha. Esta perspectiva é partilhada pelos formandos. Vera Dias, de 23 anos, sempre teve um gosto especial pela cozinha, mas se “não fosse a

“SE NÃO TIVESSE SIDO A BOLSA CONCEDIDA PELO FSE NÃO TERIA TIRADO ESTE CURSO E ESTAR TÃO BEM COMO ESTOU AGORA”

Vera Dias

bolsa concedida pelo FSE muito provavelmente não tinha tirado este curso e não estava tão bem como estou agora. A bolsa é um incentivo ao estudo e foi muito positivo para todos os que tiveram esta oportunidade”, refere. Dois meses depois de ter concluído a formação, Vera ingressou na empresa onde realizou o estágio e considera-se apta “para elaborar ementas, gerir a cozinha e a própria confecção dos pratos”, esperando ajudar a “valorizar a região através da gastronomia e das suas tradições”.



Programa Gerir: Formação e Consultoria em Gestão para PME

Promovido pelo IAPMEI com o apoio do POEFDS (Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social) e co-financiado pelo Fundo Social Europeu, o Programa Gerir tem como objectivo contribuir para o aumento da capacidade de gestão e competitividade das PME através de acções de formação e consultoria aplicadas às empresas.

Os destinatários das acções são gestores de empresas com menos de 50 trabalhadores a exercer actividade nos sectores da Indústria, Comércio, Serviços e Construção.

O Programa desenvolve o conceito de formação-acção, envolvendo momentos de diagnóstico, formação em sala e actuação directa na empresa, apoiando, através de consultoria individualizada, a identificação de problemas e o desenvolvimento de planos de melhoria e modernização das PME participantes.

Daí que a metodologia transporte a formação "para dentro" da empresa, implicando não apenas um formando mas toda a organização. Focalizados nos problemas empresariais a resolver e/ou nos projectos de modernização ou de desenvolvimento empresarial a realizar, os participantes consolidam a sua aprendizagem analisando e aplicando os conhecimentos adquiridos, ao longo de 240 horas, sendo 134 de formação e 106 de consultoria na empresa, distribuídas por aproximadamente 12 meses.

Estas três edições abrangeram 442 participantes, de um universo máximo previsto de 450, o que representa uma taxa de 98,2%, que espelha o sucesso desta iniciativa e traduz a aceitação do Programa junto dos seus destinatários.

O feedback dos participantes nas três edições já realizadas do Programa Gerir é muito satisfatório. Dos 417 questionários realizados, 92,1% consideram a formação de interesse elevado, quer em termos individuais, quer em termos organizacionais. Entre as competências adquiridas ou melhoradas, os participantes enfatizaram a de diagnóstico sobre os problemas existentes na empresa (67,9%) e sobretudo a melhoria na capacidade de analisar os problemas da empresa (77,2%). E cerca de 68,3% dos inquiridos destacaram o facto de que as actividades desenvolvidas nas respectivas empresas durante a acção introduziram melhorias significativas.

Com base nestes bons resultados e antecipando necessidades de aprofundamento das medidas de mudança implementadas, o IAPMEI lançou 7 acções de 2.º nível do Programa Gerir que tiveram início entre Junho e Julho de 2006, abrangendo, no seu conjunto, mais de uma centena de PME.

Assim, esta nova edição do Gerir está direccionada para apoiar PME que, já tendo participado no Gerir uma primeira vez, pretendam a consolidação dos processos de mudança e aprendizagem induzidos ou impulsionados pelo programa. Esta iniciativa apoia também empresas que, não tendo participado previamente no Programa Gerir, possuam modelos de organização/gestão que as coloquem em patamares idênticos aos das empresas com participação prévia no Programa.

A edição em curso envolve cada participante em 70 horas de formação em sala e 63 horas de consultoria na empresa a decorrer ao longo de aproximadamente 8 meses.

No site do IAPMEI, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-02.php?id=211&temaid=18> encontra-se informação mais pormenorizada sobre este Programa do IAPMEI.

MAIS DE 400 GESTORES ENVOLVIDOS

Com a 4.ª edição do Gerir, este programa totalizou 37 acções, desenvolvidas pelo seguinte conjunto de entidades executoras, especialmente seleccionadas pelo IAPMEI com base em critérios técnicos:

- AGESFAL – Management Institute, Lda
- Associação Empresarial de Paços de Ferreira
- Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda
- Associação Comercial e Industrial da Póvoa de Varzim
- Associação Comercial e Industrial do Concelho de Miranda do Douro
- Centro Tecnológico do Calçado
- Citeve – Centro Tecnológico da Indústria Têxtil e do Vestuário de Portugal
- Comércio Activo Consultores, Lda
- Forvisão – Consultadoria em Formação Integrada, Lda
- Informmeeting – Sociedade de Informática e Contabilidade, Lda
- Isla – Instituto Superior de Leiria, Lda
- Martoligest – Formação, Consultadoria e Gestão, Lda
- MundiServiços – Companhia Portuguesa de Serviços e Gestão, Lda
- Nercab – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco
- Nerlei – Associação Empresarial da Região de Leiria
- Spi – Sociedade Portuguesa de Inovação, SA
- Socogef – Contabilidade, Consultoria e Formação, Lda
- Tga – Técnicos de Gestão Associados, Lda

AUTO-AVALIAÇÃO DE PROJECTOS EQUAL



A Iniciativa Comunitária EQUAL procedeu ao apuramento e análise dos dados globais dos exercícios iniciais da auto-avaliação dos projectos EQUAL, cuja síntese fornece dados e pistas importantes sobre a avaliação da implementação inicial dos projectos, podendo ser uma referência importante para cada projecto – que, para um melhor enquadramento, pode comparar os resultados do seu exercício com os resultados apurados no conjunto do programa. A auto-avaliação é, a par do balanço de competências e da avaliação independente, uma peça de um todo que visa contribuir para a qualidade dos projectos e constituir um instrumento de gestão que integre a prática regular das Parcerias de Desenvolvimento (PD), no âmbito da EQUAL. Em 2003 e

2005 foram disponibilizados Guias da Auto-Avaliação para apoiar os projectos da 1.ª e da 2.ª Fase da EQUAL neste tipo de exercício. Pode aceder ao “Relatório-Síntese da Auto-avaliação” através de www.equal.pt/non_accessible/actualidades/mostra_Agenda.asp?id=95

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO NACIONAL

QCA III/FSE

PRODEP

Despacho n.º 18805/2006, de 15 de Setembro – DR n.º 179, II Série

É revogado o n.º 5 da rubrica do anexo I “Descrição dos custos elegíveis” do Regulamento de Acesso à Acção n.º 1.2 do PRODEP, no âmbito do seu capítulo VI, “Disposições finais e transitórias, publicado pelo Despacho Conjunto n.º 124/2005, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Despacho Conjunto n.º 1037/2005, de 30 de Novembro.

PO REGIONAIS

Despacho n.º 18482/2006, de 13 de Setembro – DR n.º 177, II Série

Regulamento que define as condições de atribuição de financiamento aos projectos apresentados no âmbito das medidas n.ºs 3.7 (Norte, Centro, Alentejo e Algarve) e 3.13 (Lisboa e Vale do Tejo), “Certificar Competências em TIC”, das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas da sociedade do conhecimento.

LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

QREN/FSE

– **Decisão da Comissão**, de 4 de Agosto de 2006, que estabelece a lista das regiões elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais a título transitório e específico, no âmbito do objectivo Competitividade Regional e Emprego, no período de 2007-2013. JOUE L243, de 6 de Setembro de 2006.

– **Decisão da Comissão**, de 4 de Agosto 2006, que estabelece a lista dos Estados-membros elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais no âmbito do objectivo “Convergência”, no período de 2007-2013. JOUE L243, de 6 de Setembro de 2006.

– **Decisão da Comissão**, de 4 de Agosto de 2006, que estabelece uma afectação indicativa, por Estado-membro, das dotações de autorização a título do objectivo “Convergência” para o período de 2007-2013 JOUE L243, de 6 de Setembro de 2006.

– **Decisão da Comissão**, de 4 de Agosto de 2006, que estabelece uma afectação indicativa, por Estado-membro, das dotações de autorização a título do objectivo “Competitividade Regional e do Emprego” para o período de 2007-2013. JOUE L243, de 6 de Setembro de 2006.

– **Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1083/2006**, de 11 de Julho de 2006, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1260/1999.

– **Regulamento (CE) n.º 1083/2006** do Conselho, de 11 de Julho de 2006, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1260/1999. JOUE L210, de 31 de Julho de 2006.

– **Regulamento (CE) n.º 1081/2006** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativo ao Fundo Social Europeu e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1784/1999. JOUE L210, de 31 de Julho de 2006.

OUTRA LEGISLAÇÃO RELEVANTE

Directiva 2006/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativa à aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à actividade profissional (reformulação). JOUE L204, de 26 de Julho de 2006.

Ficha técnica

N.º 19 – 2006 Distribuição Gratuita

Edição | Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu **Coordenação Técnica** | Unidade de Comunicação **Produção e Design** | White Rabbit - Custom Publishing **Jornalistas** | Ana Filipa Ferreira, Fátima Azevedo, Rafael Cota **Fotógrafos** | Fausto Costa, José António Rodrigues **Pré-Impressão e Impressão** | Heska **Propriedade** | Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, Rua Castilho, n.º 5 - 6.º/7.º/8.º – 1250-066 Lisboa | Tel.: 213 591 600 | Fax: 213 591 603 **Tiragem** | 15 000 exemplares **Depósito Legal** | 176612/02 **ISSN** | 1645-3581